

# Caraterização do Relato Não Financeiro no Setor da Conservação da Fruta em Portugal

Teresa Eugénio<sup>1</sup>, Jucelia Appio Frizon<sup>2</sup>, Patrícia Araújo<sup>3</sup>, Nelson Frizon<sup>4</sup>,

**teresa.eugenio@ipleiria.pt; juceliaappio@yahoo.com.br; 2202562@my.ipleiria.pt; nfrizon@gmail.com**

<sup>1</sup> CARME - Center for Applied Research in Management and Economics, School of Technology and Management, Polytechnic Institute of Leiria, Rua do Brejo, n.º 5 - Quinta do Rio, CEP: 2490-312, Carregal, Ourém, Portugal.

<sup>2</sup> CARME - Center for Applied Research in Management and Economics, Polytechnic Institute of Leiria, Portugal, State University of Western Parana, Brazil, Av. Júlio Assis Cavalheiro 1401, apart. 702, CEP: 85.601-000, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

<sup>3</sup> School of Technology and Management, Polytechnic Institute of Leiria, Rua do Pinheiro, n.º225, Atães, 4730-030, Vila Verde, Portugal.

<sup>4</sup> Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina; ISCTE – University Institute of Lisboa, Av. Júlio Assis Cavalheiro 1401, apart. 702, CEP: 85.601-000, Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

**Pages: 552-566**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. Para a pesquisa, de corte transversal, abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, recorreu-se às páginas web e aos relatórios de sustentabilidade de 17 empresas do setor em 2022. Conclui-se que a divulgação de informação não financeira para o setor da conservação da fruta em Portugal não representa uma prioridade para os gestores dessas empresas já que poucas delas relatam temas relacionados com a sustentabilidade, e as que o fazem dão maior ênfase a dimensão ambiental. Se considerarmos que em Portugal a divulgação de informação não financeira é essencialmente voluntário (obrigatório para as empresas cotadas em bolsa com mais de 500 trabalhadores), conclui-se que as empresa deste setor têm ainda um longo caminho a percorrer.

**Palavras-chave:** Informação Não Financeira, Sustentabilidade, Global Reporting Initiative, Setor da Conservação da Fruta, Portugal.

## *Characterization of Non-Financial Reporting in the Fruit Conservation Sector in Portugal*

**Abstract:** This paper aims to analyse the reporting of non-financial information in the fruit preserving sector in Portugal. For the research, of transversal cut, qualitative, exploratory and descriptive approach, it was used the web pages and the sustainability reports of 17 companies of the sector in 2022. We conclude that the disclosure of non-financial information for the fruit preserving sector in Portugal does not represent a priority for the managers of these companies since few of them

report sustainability-related topics, and those that do so give more emphasis to the environmental dimension. If we consider that in Portugal the disclosure of non-financial information is essentially voluntary (compulsory for listed companies with more than 500 employees), we conclude that companies in this sector still have a long way to go.

**Keywords:** Non-Financial Information, Sustainability, *Standards da Global Reporting Initiative*, Fruit Conservation Sector, Portugal.

## 1. Introdução

Diante da preocupação socioambiental nas últimas décadas, conceitos como Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa (RSC) emergiram na literatura académica e empresarial. As empresas passaram a aceitar o compromisso de contribuir para uma sociedade mais justa e em prol do desenvolvimento sustentável. As questões ligadas ao meio ambiente, têm vindo a crescer substancialmente dentro das empresas, da comunidade académica, dos órgãos reguladores, de associações profissionais, entre outros (Mata, Fialho & Eugénio, 2018). Dada a importância desta temática a investigação e o pensamento sobre temas relacionados com a RSC ganharam popularidade e interesse em todo o mundo (Carroll, 2021).

Como forma de comunicar o que as empresas têm feito em torno da RSC, a divulgação de informações sobre o seu desempenho económico, ambiental e social torna-se cada vez mais necessária, tanto é que, uma vertente crescente da literatura académica tem produzido estudos conceituados tanto nas áreas de contabilidade quanto de auditoria (Gomes, Eugénio & Branco, 2015; Michelon, Patten & Romi, 2019; Eugénio et al., 2022; Turzo et al., 2022), entrelaçando-se com vários outros campos de estudo, incluindo ética nos negócios (Liao, Lin & Zhang, 2018; Turzo et al., 2022) e gestão estratégica (Turzo et al., 2022).

Na literatura, estudos examinaram os relatórios de RSC a partir de uma multiplicidade de perspetivas, dentre eles, Patten e Shin (2019) publicaram estudos em vários contextos geográficos como EUA, Europa Ocidental, Austrália e Nova Zelândia, assim como evidenciam iniciativas em outros países, incluindo o Brasil, Indonésia e Polónia. Esses autores referiram a necessidade de uma melhor execução dos relatórios de RSC em outros países. Eugénio et al. (2022) e Mata, Fialho e Eugénio (2018) também destacaram a temática, e outros (Jones & Solomon, 2010), defendem a importância de complementar os estudos em garantia de relatórios não financeiros mais robustos.

Embora os estudos analisados se apliquem a várias áreas geográficas, a maioria deles incide sobre amostras de países anglo-saxónicos. Estes autores concluíram que apesar de alguns estudos também analisarem países em desenvolvimento, tais como o Equador, Nigéria, Sri Lanka e Bangladesh, que revelam a vulnerabilidade e exploração das comunidades locais, há necessidade de mais estudos para melhor compreensão da RSC. Carroll (2021), também realça que a RSC não funciona claramente a nível global e é percebida de forma diferente nos vários países.

Neste sentido, e de forma a contribuir para a discussão do tema, este estudo busca analisar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. A

escolha do setor de frutas decorre do seu contributo para o projeto “ORCHESTRA – add-value to ORCHards through the full valorisSaTion of macRoalgAe”<sup>1</sup>.

Entende-se ser oportuno este direcionamento, pois, a literatura sugere que as empresas do mesmo sector industrial têm práticas de disseminação semelhantes. Este fator permite a criação de grupos de observações de modo a identificar as semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de sectores distintos, bem como a importância de compreender certos objetivos, estratégias e capacidades relacionadas com as práticas de elaboração de relatos não financeiros (Branco & Rodrigues, 2008), mesmo que esses não sejam exigidos para a maioria das empresas e países (Eugénio et al., 2022).

Recentemente, a Diretiva 2014/95/UE introduziu práticas obrigatórias de relatórios não financeiros para grandes empresas europeias. Tanto é que nos últimos anos muitos países, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, buscam melhorar a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A consecução dos ODS representa um dos principais desafios para os governos devido às pressões globais feitas pelas *stakeholders* em todo o mundo. No entanto, essas metas ambiciosas não poderiam ser alcançadas sem o envolvimento direto das empresas (Pizzi et al., 2020).

Este artigo está apresentado, após a introdução em: referencial teórico e empírico, metodologia, apresentação dos resultados, considerações finais, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

## 2. Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se uma questão global nas últimas décadas procurando equilibrar as preocupações económicas, sociais e ambientais (UNESCO-UNEP, 1977).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez em 1987 no relatório de Brundtland, elaborado pela comissão Mundial sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Este conceito surgiu em resposta ao degradar do meio ambiente provocado pela atividade humana e foi definido como “is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.” (WCED, 1987, p. 41). Em 1999, Elkington (1999) dá ênfase ao *triple bottom line* ao discorrer que o desenvolvimento sustentável se apoie em três dimensões: Económico, Social e Ambiental.

Nos últimos anos, o uso de termos como “sustentabilidade”, “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade corporativa” e “criação de valor” tornou-se cada vez mais comum, pois se tornaram conceitos importantes nas agendas políticas e económicas. Embora esses conceitos estejam ganhando cada vez mais a atenção de indivíduos, empresas, ONGs e governos, ainda perdura alguns mal-entendidos, bem como controvérsias consideráveis sobre o que realmente significa “desenvolvimento sustentável” e como ele é implementado. Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios

---

<sup>1</sup> Mais informações em <https://cicf.ipca.pt/orchestra-add-value-to-orchards-through-the-full-valorisation-of-macroalgae/>

Integrados tornaram-se bastante comuns e uma prática difundida tanto em empresas maiores quanto em médias e pequenas empresas (Eugénio, Rodrigues & Gonçalves, 2020).

### *Relatos Não Financeiros*

Uma vez que o relato não financeiro é uma prática relativamente nova, e não adotada na maioria dos países, existem diferentes normas que podem ser utilizadas para orientar sua adoção (Junior, Best & Cotter, 2014). Não obstante, não há uma definição única e geralmente aceita para as informações que compõem o relato não financeiro (Tarquinio & Posadas, 2020). A falta de padrões claros e diretrizes ambíguas, para elaboração de relatórios, criam um cenário em que os pesquisadores podem usar reformulações na tentativa de demonstrar tanto problemas nos relatórios de sustentabilidade quanto na garantia de soluções para esses problemas (Michelon, Patten & Romi, 2019).

Em sua maioria, mas não só, o relatório financeiro também apresenta o desempenho da empresa em relação às questões sociais, ambientais, de governança corporativa, gestão de recursos humanos, entre outras (Eugénio et al., 2022; Tarquinio & Posadas, 2020). Alguns estudos, no entanto, sugerem que as organizações devem envolver-se em relatórios sociais e ambientais principalmente para assegurar a sua própria posição e interesses privados.

As informações não financeiras podem ser apresentadas de várias formas, por exemplo, num único Relatório de Sustentabilidade ou Relatório de RSC, no âmbito do Relatório Anual de Gestão (Eugénio et al., 2022) de acordo com o *Standards da Global Reporting Initiative* (GRI), websites de empresas, entre outros (Mata, Fialho & Eugénio, 2018). Mais recentemente, o International Integrated Reporting Council (IIRC) divulgou uma estrutura com diretrizes para divulgação de um relatório integrado (que também remete às diretrizes GRI) (Eugénio, Rodrigues & Gonçalves, 2020).

O estudo desenvolvido pela PwC (2018), efetuado com base num conjunto de 30 empresas de vários setores de atividade, evidência que 75% das empresas que publicam relatórios de sustentabilidade ou integrados recorrem ao referencial de relato da GRI.

De acordo com a GRI, os relatórios de Sustentabilidade são práticas de medição, divulgação e de responsabilidade perante os *stakeholders* internos e externos pelo desempenho organizacional rumo ao objetivo do desenvolvimento sustentável. Eles têm sido uma ótima ferramenta de comunicação entre as organizações e seus *stakeholders* em relação ao seu desempenho ambiental, social e de governança (Junior, Best & Cotter, 2014).

Jones e Solomon (2010) entrevistaram 20 representantes das principais empresas cotadas no Reino Unido. Entre outras evidências, destacam que: em primeiro lugar, os entrevistados consideraram a importância da credibilidade da informação; em segundo lugar, as principais razões que impedem a adoção são o aumento dos custos; em terceiro lugar, os entrevistados consideraram que a garantia de relatórios não financeiros é um desenvolvimento lógico da auditoria financeira; e em quarto lugar, a independência dos consultores apareceu como uma das principais preocupações.

No estudo “*Sustainable Development Goal – Reporting Challenge 2017*” (PwC, 2018) a PWC analisou os relatórios de 470 empresas, de 17 países e de 6 setores de atividade. Da

análise, baseada na informação pública reportada por 35 empresas, verifica-se que 69% já publicaram Relatórios de Sustentabilidade ou um Relato Integrado. O estudo refere que o relato integrado, ainda é, uma prática emergente nas empresas portuguesas, com apenas 6% das empresas analisadas a optarem por este modelo e a usarem o IIRC como referencial, nomeadamente no setor energético e dos transportes.

O estudo de Branco e Rodrigues (2008) realizado em Portugal identificou os fatores que influenciam a divulgação da RSC pelas empresas portuguesas. Ao analisar empresas em 2004 e comparando os relatórios anuais de 2003, os autores evidenciam que as empresas divulgam informações de RSC para apresentar uma imagem socialmente responsável para que possam legitimar os seus comportamentos aos *stakeholders* e influenciar a perceção da reputação.

Barbosa (2019) fez uma análise de 30 empresas cotadas na *Euronext Lisbon*. Os dados de estudo foram obtidos dos Relatórios de Contas e Relatórios de Sustentabilidade, nos anos de 2015 a 2017. Os indicadores de estudo estão relacionados com a divulgação da informação ambiental quer nos relatórios de Gestão, quer nos Relatórios de Sustentabilidade. Dentre os resultados, o autor destaca que 76,7% das empresas divulgam informação de caráter ambiental nos relatórios anuais, 83,3% das empresas seguem as orientações GRI, mas só 33,3% das empresas publicam relatórios de sustentabilidade (relatório autónomo). Os indicadores mais divulgados no relatório de gestão são a política ambiental e as medidas de proteção ambiental, porém no relatório de sustentabilidade são a energia, a água, as emissões e os afluentes e resíduos.

Embora não exista um padrão obrigatório de reporte, atualmente, o modelo mais utilizado em todo o mundo são as normas da GRI (GRI, 2022). A GRI foi criada, no ano de 1997, em Boston, com o intuito de facilitar a comunicação e a consulta da informação publicada sobre a sustentabilidade. Os relatórios produzidos a partir de possibilita aferir os impactos económicos, ambientais e sociais provocados pelo compromisso da atividade das instituições, pois, direciona-se para a vertente mais sustentável da informação não financeira (GRI, 1997).

A primeira versão das diretrizes GRI para os relatórios de sustentabilidade foi lançada no ano de 2000. Em dezembro de 2009 ocorreu o acordo entre a *Accounting for Sustainability* (A4S) e a *Global Reporting Initiative* (GRI) com a *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a Organização das Nações Unidas (ONU), para a criação do Relato Integrado (RI).

Associado ao conceito de responsabilidade social no domínio da contabilidade surgiu em 2010 a primeira entidade responsável pela elaboração do RI, a *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que visa melhorar a qualidade da informação e a responsabilização da gestão e promover um desempenho mais eficiente de modo que a organização obtenha mais valor ao longo do tempo.

Deste modo, o RI foi dado a conhecer como “uma comunicação concisa sobre como a estratégia, governança, desempenho e perspetivas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, levam á criação, preservação ou erosão de valor no curto, médio e longo prazo.” (IIRC, 2021, p. 10). Isto, por sua vez, representa uma melhoria da informação e da governança que, consequentemente, permite a tomada de decisões

mais completas tanto internamente como externamente, ou seja, a nível da organização e seus *stakeholders* (Adams & Simnett, 2011).

O RI oferece uma visão mais ampla os negócios para obter a continuidade sustentável da instituição (Singha, Sadiqb & Kaurc, 2019). Assim, pode-se afirmar que o RI é descrito como um documento com foco estratégico e orientado para o futuro (criar valor no curto, médio e longo prazo), com conectividade de informação e relacionamento com os *stakeholders* (IIRC, 2021).

### *Informação Não Financeira em Portugal*

A Comissão Europeia publicou a Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu que diz respeito à divulgação de informações não financeiras que alterou a Diretiva 2013/34/EU (Diretiva, 2013). A diretiva visa alcançar um nível de transparência semelhante entre toda a Europa, de modo a ampliar a confiança das partes interessadas com o intuito de construir uma economia mais inteligente e sustentável. A diretiva apresenta os requisitos mínimos que as empresas devem apresentar para atingir o seu objetivo (Aureli, Magnagli & Salvatori, 2018). São apresentados, nesta diretiva, quatro temas da informação não financeira: ambientais (impactos atuais e futuros), sociais (igualdade de género, condições de trabalho, etc.), direitos humanos (prevenção da violação dos direitos humanos) e combate à corrupção e tentativa de suborno.

Portugal transpôs a presente diretiva com a publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017. Este Decreto-Lei reflete a mesma preocupação da Diretiva da Comissão Europeia. Essa lei estabelece que as empresas devem apresentar, em seus relatórios anuais, uma demonstração não financeira, que deve conter informações sobre a evolução, o desempenho, a posição e o impacto de suas atividades. Com a publicação deste, em Portugal, as empresas com interesse público e as entidades de interesse público que sejam empresas mãe de um grupo económico, com mais de 500 trabalhadores têm a obrigatoriedade de elaborar uma demonstração não financeira no relatório de gestão ou num relatório autónomo. Esta obrigação aplicava-se aos relatórios anuais relativos a períodos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. Para as empresas fora deste âmbito, a comunicação de informações não financeiras continua a ser voluntária. No que diz respeito ao seu conteúdo, deve-se fazer referência “no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas a trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.” (Decreto-Lei n.º 89/2017, p. 4267).

Para aumentar a fiabilidade dos relatórios de sustentabilidade, as empresas abrangidas pelo âmbito de aplicação da diretiva serão obrigadas a fornecer garantias sobre as suas informações de sustentabilidade. A garantia razoável dos relatórios de sustentabilidade é difícil nesta fase, não só porque é mais onerosa para as empresas e corresponde melhor à disponibilidade do mercado para os serviços de auditoria, mas também devido à ausência de normas de garantia de sustentabilidade. Por conseguinte, se a comissão adotar normas de garantia de sustentabilidade, o requisito legal tornar-se-á automaticamente um requisito de garantia razoável e não limitada (Eugénio et al., 2022).

### 3. Metodologia

Este trabalho, de corte transversal, com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, teve por objetivo analisar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. A escolha do setor de frutas decorre do seu contributo para relatos científicos ao projeto “ORCHESTRA – add-value to ORCHards through the full valorisaTion of macRoalgAe”. O projeto, vinculado ao Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), é uma unidade de investigação científica, integrada na Escola Superior de Gestão (ESG) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave que tem Apoio financeiro da União Europeia e Fundação Ciência e Tecnologia (FCT).

Para determinação da amostra foi considerado inicialmente o número total de empresas portuguesas pertencentes ao setor da conservação da fruta representado pela Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) 103 (Instituto Nacional de Estatística, 2007), que corresponderam a 430 empresas. A lista foi acedida, na base de dados da Direção Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV), em 15 de dezembro de 2021.

Em seguida, verificou-se: (1) se a empresa apresenta página web; (2) A empresa apresenta página web, mas não faz referência à sustentabilidade; (3) A empresa faz referência à sustentabilidade apenas na página web; e (4) A empresa faz referência à sustentabilidade na página web e apresenta relatório de sustentabilidade.

Para compor a amostra as empresas deveriam cumprir o critério 3 e/ou 4. Foram obtidos os seguintes resultados:

- a. Da amostra inicial (430 empresas) após aplicar o critério 1, conclui-se que 266 empresas não possuem página web, ou seja, cerca de 62% da amostra inicial. Resultando, assim, 164 empresas.
- b. Verificado este critério, 133 empresas não reportam informação sobre sustentabilidade (informação não financeira).
- c. Decorrendo o critério número três, confirma-se uma amostra de 31 empresas. No entanto, das 31 empresas que divulgam informação sobre sustentabilidade na sua página web, 6 empresas são filiais, logo, foram excluídas, uma vez que a página web e/ou relatório de sustentabilidade é único (apenas da casa mãe).

Assim, a amostra foi constituída apenas por 25 empresas. De salientar ainda que, das 25 empresas, 8 delas não apresentam nenhum item de informação, isto é, revelam apenas que o tema é essencial para a instituição e para sociedade, sem mais qualquer outra informação, logo, também excluídas por não ser possível pontuar em qualquer item dos indicadores.

Após apurada a amostra de 17 empresas criou-se uma base de dados utilizando o software Microsoft Office Excel com informação das empresas do setor que constituem a amostra. A informação sobre a sustentabilidade constante das páginas web das empresas e do relatório de sustentabilidade foi analisada recorrendo à técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Para tanto, foi elaborado um instrumento de trabalho/grelha para identificar os tópicos abordados e a presença de divulgação de informação. Este instrumento teve como base as normas GRI, em suas três dimensões: económicos, ambientais e sociais. Foram, inicialmente, analisados os indicadores principais divulgados pelo GRI e desses foram

escolhidos os que se aplicavam ao setor. Dado que da amostra apenas uma empresa incluía relatório de sustentabilidade, as informações foram analisadas, não na perspetiva de verificar se o indicador estava apresentado e construído de acordo com as normas GRI, mas se o assunto sobre o qual o indicador incidia era mencionado.

Para aferir a presença de divulgação de informação, foi atribuída uma pontuação de 1 a 5 de acordo com o nível de divulgação da empresa, conforme Quadro 1:

1	A empresa não faz qualquer referência à temática;
2	A empresa refere-se à temática mas o indicador não se aplica à empresa;
3	A empresa faz referência à temática e ao indicador mas não o cumpre, é nulo;
4	A empresa faz referência à temática do indicador mas não o cumpre na totalidade, encontra-se na fase de desenvolvimento;
5	A empresa faz referência à temática do indicador e cumpre-o na sua totalidade.

Fonte: adaptado de Domingues, 2020.

Quadro 1 – Escala de divulgação de informação não financeira

### 3.1. Análise e discussões

#### 3.1.1. Dispersão geográfica do setor de frutas em Portugal

As empresas do setor de frutas em Portugal concentram-se, maioritariamente, na área metropolitana de Lisboa, com 25,6% do volume de negócios do setor. De seguida, a área metropolitana do Porto (18,5% do volume de negócios). No que respeita às empresas que divulgam informação não financeira, observa-se que as empresas encontram-se maioritariamente na zona de Lisboa, Centro e no Alentejo, A Madeira não apresenta nenhuma empresa do setor que divulgue informação não financeira.

*Divulgação de informação não financeira de acordo com os pilares económico, ambiental e social em Portugal*

Os relatórios não financeiros têm sido usados pelas organizações na tentativa de prestar contas aos seus stakeholders. Uma melhor compreensão das práticas atuais é importante para fornecer uma base para análises comparativas e de tendências (Junior, Best & Cotter, 2014). Neste contexto, buscando responder ao objetivo deste estudo de identificar o conteúdo da informação não financeira de acordo com os pilares: Económico, Ambiental e Social das empresas no sector específico da conservação da fruta, apresenta-se a seguir as análises.

A Tabela 1 apresenta os resultados do número de empresas para o pilar económico.

Indicadores Económicos	Escala				
	1	2	3	4	5
Desempenho Económico	16	0	0	1	0
Presença no Mercado	16	0	0	1	0
Impactos Económicos Indiretos	9	0	0	8	0

	Escala				
Combate à Corrupção	15	0	0	2	0
Tributos	12	0	0	5	0

Tabela 1 – Indicadores económicos

Verifica-se que o nível de divulgação deste tipo de informação é muito reduzido, dado que, na sua maioria, os itens estão classificados com a escala 1, ou seja, a empresa não faz qualquer referência da temática aos indicadores económicos. Pode-se dar ênfase que Impactos económicos Indiretos, que referem-se a Normas, Protocolos e Agendas de políticos (nacionais e internacionais), parecem ser os mais publicados.

Os resultados parecem corroborar o estudo de Barbosa (2019) ao dar ênfase que de uma amostra de 30 empresas cotadas na *Euronext Lisbon*, revela que 76,7% das empresas divulgam informação de carater ambiental nos relatórios anuais; e poucas divulgam indicadores económicos.

A Tabela 2 permite analisar as informações publicadas para o pilar ambiental.

	Escala				
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Materiais	14	0	0	3	0
Energia	10	0	0	6	1
Água e Afluentes	11	0	0	6	0
Emissões	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
Resíduos	9	0	0	7	1
Conformidade Ambiental	15	0	0	2	0
Avaliação Ambiental de Fornecedores	16	0	0	1	0

Tabela 2 – Indicadores Ambientais

No que se refere à dimensão ambiental constata-se que, comparativamente ao pilar económico, o grau de reporte é substancialmente superior. Destacam-se que os itens de resíduos, energia, água e afluentes e emissões com valores na escala de 4 é representativo. Corroborando o estudo de Barbosa (2019) que dá ênfase que os indicadores mais divulgados no relatório de gestão são ambientais. Patten (1992) afirma que as empresas devem ser proativas em relação aos riscos ambientais das suas atividades. Para reduzir os riscos associados às atividades, deve-se desenvolver sistemas de gestão ambiental que forneçam informações sobre sustentabilidade corporativa e desta forma atender às necessidades dos *stakeholders*. Esse resultado parece corroborar o argumento para mais pesquisas. Velte (2022) sugere um olhar mais atento sobre outros determinantes e consequências da RSC, incluindo consequências não financeiras.

A Tabela 3 apresenta os indicadores da dimensão social.

Indicadores Sociais	Escala				
	1	2	3	4	5
Emprego	16	0	0	1	0
Relações de Trabalho	16	0	0	1	0
Segurança e Saúde do Trabalho	14	0	0	3	0
Capacitação e Educação	16	0	0	1	0
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	16	0	0	1	0
Não discriminação	14	0	0	3	0
Liberdade Sindical e Negociação Coletiva	15	0	0	2	0
Trabalho Infantil	14	0	0	3	0
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	15	0	0	2	0
Práticas de Segurança	15	0	0	2	0
Avaliação de Direitos Humanos	15	0	0	2	0
Comunidades Locais	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	0
Avaliação Social de Fornecedores	16	0	0	1	0
Políticas Públicas	16	0	0	1	0
Saúde e Segurança do Consumidor	14	0	0	3	0
Marketing e Rotulagem	16	0	0	1	0

Tabela 3 - Indicadores Sociais

No que concerne aos indicadores sociais existe uma aglomeração de valores na escala 1, tal como nas dimensões anteriores. Das subsecivas escalas, de realçar a escala 4, devido a ser a única que apresenta valores, ainda que reduzidos. De frisar as divulgações das Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local.

O resultado apresentado parece ir de encontro a perspectiva da teoria dos *stakeholders* demonstrando a importância das relações que uma organização tem com as comunidades locais, criando valor para todas as partes interessadas e não apenas para os acionistas (Freeman, Phillips & Sisodia, 2020).

Pizzi et al. (2020) destacam a necessidade de identificar novas estratégias para alcançar o mais alto grau de sustentabilidade, o que aumenta a atenção dos *stakeholders* no incentivo ao alcance de metas socioambientais. Nesse sentido, a principal iniciativa lançada pelos formuladores de políticas para incentivar a sustentabilidade socioambiental é a Agenda 2030 das Nações Unidas.

#### 4. Considerações Finais

Na última década, as necessidades dos *stakeholders* têm-se alterado, não só a nível financeiro, mas também a nível não financeiro. Discussões teóricas da literatura dão ênfase a que a gestão das empresas deve ser reagente às expectativas dos *stakeholders*

(não somente acionistas), pois deve continuamente garantir que sejam percebidas como operando dentro das normas das suas respetivas sociedades, e que as atividades sejam percebidas como legítimas (Oyewumi, Ogunmeru & Oboh, 2018; Patten, 1992).

Para dar resposta à pressão da sociedade, mais especificamente, aos *stakeholders*, as organizações divulgam os Relatórios de Contas, Relatórios de Sustentabilidade ou Relatórios Integrados. Estes relatórios possuem um conjunto de informação não financeira, relacionada com a sustentabilidade, possibilitando aos *stakeholders* informações mais transparente para a tomada de decisões.

A preparação de relatórios contribui para obter maior legitimidade, orientando os gestores a não olhar apenas para os problemas que enfrentam no ambiente imediato (interno), devendo também prestar atenção ao conjunto mais amplo de questões que afetam os ecossistemas nos quais operam (Shabana, Buchholtz & Carroll, 2017).

Um ponto positivo identificado nesta pesquisa é que cada vez mais as organizações estão consciencializadas e admitem, que para o crescimento da organização, é necessário que a estratégia empresarial esteja bem identificada e, ainda, se divulgue informações sustentáveis. No entanto, verifica-se que apenas se acrescenta valor quando toda a informação empresarial se integra, relacionando a estratégia, os riscos e oportunidades e a gestão do desempenho económico-financeiro, social e ambiental. Tendo como ponto de referência a Diretiva Europeia 2014/95/EU e em Portugal o Decreto-Lei nº 89/2017, fica notável o apoio da legislação a este reporte.

O presente teve como objetivo principal analisar o relato da informação não financeira no setor da conservação da fruta em Portugal. Foi possível concluir que a divulgação de informação não financeira para o setor não representa uma prioridade para os gestores dessas empresas, já que poucas relatam temas relacionados com a sustentabilidade. Corroborando os resultados de Junior, Best e Cotter (2014) ao destacar que a percentagem de organizações que asseguram o seu relatório de sustentabilidade estagnou.

E, na sua generalidade, apenas o fazem na página web, não divulgando ainda um relatório de sustentabilidade. De salientar que as empresas em estudo, divulgam mais indicadores ambientais, face aos indicadores económicos e sociais. Uma possível explicação será o maior interesse dos gestores nesses tópicos, uma vez que o setor da conservação da fruta está dependente do meio ambiente, nomeadamente, das condições atmosféricas, qualidade e quantidade de água.

#### **4.1. Limitações do estudo**

Em virtude da dimensão do assunto abordado, as limitações surgem em relação à abrangência da pesquisa e ao tamanho da amostra, que é considerada pequena, e limita a generalização dos resultados.

No presente artigo, a primeira limitação está inerente à falta de conteúdo/informação disponível, nomeadamente no que concerne à elaboração de relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra, o que levou à inclusão das páginas web, que por sua vez não cumprem todos os requisitos pretendidos para o estudo. Era imprescindível o aprofundamento dos conceitos de sustentabilidade e da imperativa necessidade de revisão dos modelos implementados e apresentados em algumas empresas.

Outra limitação neste universo inicial prende-se com o reduzido número de empresas da amostra, que não possibilitou a realização de estudos mais aprofundados e conclusões mais claras sobre o setor da conservação da fruta. Talvez justificada pela dimensão das empresas, uma vez que a grande maioria são microempresas e pequenas empresas.

Outro aspeto a ter em conta é o facto de na sua maioria da base de dados ser interpretada como qualitativa e impedirem a realização e aplicação de um estudo estatístico mais completo, conclusões que devem ser compreendidas com alguma prudência.

#### **4.2. Sugestões para investigações futuras**

Embora as contribuições das pesquisas para a compreensão das divulgações sobre a temática da RSC sejam ricas, acredita-se que há muito a ganhar com mais investigações (Verk, Golob & Podnar, 2021).

Tendo por base que toda a temática de sustentabilidade, que se encontra em permanente crescimento e aperfeiçoamento, não descartando as limitações identificadas anteriormente, é possível mencionar oportunidades e considerá-las em investigações futuras.

Apresenta-se como sugestões, a inspiração dos resultados obtidos para a sua complementaridade através da adição de variáveis quantitativas para a construção de um modelo estatístico mais complexo e pormenorizado, envolvendo, como, por exemplo, variáveis de carácter financeiro. Uma outra proposição será a análise no longo prazo (no futuro), onde é esperado um aumento de publicação de relatórios de sustentabilidade face aos anos anteriores.

#### **Referências**

- Adams, S., & Simnett, R. (2011). Integrated Reporting: An Opportunity for Australia's Not-for-Profit Sector. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 21 (3), 292-301. <https://doi.org/10.1111/j.1835-2561.2011.00143.x>.
- Aureli, S., Magnaghi, E., & Salvatori, F. (2018). The transposition of the non-financial reporting directive in the UK, France and Italy. *Symphonya. Emerging Issues in Management*, (1), 48-67. <https://doi.org/10.4468/2018.1.04>.
- Barbosa, F. (2019). Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico do Porto.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. LDA: Lisboa, Portugal.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685-701. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9658-z>.
- Carroll, A. B. (2021). Corporate Social Responsibility: Perspectives on the CSR Construct's Development and Future. *Business and Society*, 60 (6), 1258-1278. Doi: <https://doi.org/10.1177/00076503211001765>.
- Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Diário da República nº 145/2017, Série I.

- Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Jornal Oficial da União Europeia.
- Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014. Jornal Oficial da União Europeia.
- Domingues, I. (2020). Orientações para o relato integrado e o seu cumprimento: uma análise aos relatórios integrados em Portugal. Dissertação de mestrado de Controlo de Gestão. Instituto Politécnico de Leiria.
- Elkington, J. (1999). *Cannibals with forks Canada: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* New Society. Wiley. ISBN: 978-1-841-12084-3.
- Eugénio, T., Rodrigues, S. C., & Gonçalves, M. J. (2020). Sustainability Report Evolution: The Nestlé Case Study Applicability. In S. Rodrigues, P. Almeida, & N. Almeida (Eds.), *Mapping, Managing, and Crafting Sustainable Business Strategies for the Circular Economy* (pp. 180-202). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-9885-5.ch010>.
- Eugénio, T., Gomes, S., Branco, M.C., & Morais, A.I. (2022). Non-Financial Reporting and Assurance: A New Opportunity for Auditors? Evidence from Portugal. *Sustainability* 2022, 14, 13469. <https://doi.org/10.3390/su142013469>.
- Freeman, R. E., Phillips, R., & Sisodia, R. (2020). Tensions in stakeholder theory. *Business & Society*, 59(2), 213-231. <https://doi.org/10.1177/0007650318773>.
- Global Reporting Initiative. 2022. About GRI. Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/>, consultado em 21 de fevereiro de 2022.
- Global Reporting Initiative. (1997). 25 anos capacitando decisões sustentáveis. Disponível em <https://www.globalreporting.org/>, consultado em 3 de dezembro de 2022.
- Gomes, S., Eugénio, T. & Branco, M. (2015). Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corp. Gov.* 2015, 15, 281–292. . <https://doi.org/10.1108/CG-07-2013-0097>.
- Internacional Integrated Reporting Council. (2021). The International <IR> Framework. Disponível em <https://www.integratedreporting.org/wp-content/uploads/2021/01/InternationalIntegratedReportingFramework.pdf>, consultado em 7 de junho de 2022.
- Instituto Nacional de Estatística. (2007). Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (Rev.3). Disponível em [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/semin/cae/CAE\\_REV\\_3.pdf](https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf), consultado em 9 de fevereiro de 2022.
- Jones, M.J., & Solomon, J.F. ( 2010). Social and environmental report assurance: Some interview evidence. *Account. Forum*, 34, 20–31. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2009.11.002>
- Junior, R.M., Best, P.J., & Cotter, J. (2014). Sustainability Reporting and Assurance: A Historical Analisis on a World-Wide Phenomenon. *J. Bus. Ethics*, 120, 1–11

- Liao, L., Lin, T.P., & Zhang, Y. (2018). Corporate board and corporate social responsibility assurance: Evidence from China. *J. Bus. Ethics*, 150, 211–225.
- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2018). A decade of environmental accounting reporting: What we know? *Journal of Cleaner Production*, 198, 1198–1209. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.087>.
- Michelon, G., Patten, D.M., & Romi, A.M. (2009). Creating legitimacy for sustainability assurance practices: Evidence from sustainability restatements. *Eur. Account. Rev.*, 28, 395–422. <https://doi.org/10.1080/09638180.2018.1469424>
- Organização das Nações Unidas. (1987). Relatório Brundtland: “Our Common Future”: Report of the World Commission on Environment and Development. Versão Eletrónica.
- Oyewumi, O. R., Ogunmeru, O. A., & Oboh, C. S. (2018). Investment in corporate social responsibility, disclosure practices, and financial performance of banks in Nigeria. *Future Business Journal*, 4(2), 195–205. <https://doi.org/10.1016/j.fbj.2018.06.004>.
- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 471–475. Doi: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(92\)90042-Q](https://doi.org/10.1016/0361-3682(92)90042-Q).
- Patten, D. M., & Shin, H. (2019). Sustainability Accounting, Management and Policy Journal’s contributions to corporate social responsibility disclosure research: A review and assessment. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 10(1), 26–40. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-01-2018-0017>.
- Pizzi, S. et al. (2020). Management research and the UN sustainable development goals (SDGs): a bibliometric investigation and systematic review. *J. Clean. Prod.* Volume 276. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124033>
- PWC (2018). Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017. Disponível em <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel/relato-nao-financeiro.html>, consultado em 30 de novembro de 2021.
- Shabana, K. M., Buchholtz, A. K., & Carroll, A. B. (2017). The Institutionalization of Corporate Social Responsibility Reporting. *Business and Society*, 56(8), 1107–1135. <https://doi.org/10.1177/0007650316628177>.
- Singha, J., Sadiq, M., & Kaurc, K. (2019). Integrated Reporting: Challenges, Benefits and the Research Agenda. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, 7 (8), 1-16.
- Tarquinio, L., & Posadas, C. (2020). Exploring the term “non-financial information”: An academics’ view. *Meditari Account. Res.*, 28, 727–749.
- Turzo, T., Marzi, G., Favino, C., & Terzani, S. (2022). Non-financial reporting research and practice: Lessons from the last decade. *Journal of Cleaner Production*, v. 345, 15 April 2022, 131154. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.131154>

- UNESCO-UNEP. (1977). Recommendations of the Intergovernmental Conference on Environmental Education Tbilisi. USSR. France: UNESCO Paris. Disponível em [https://kykpee.org/wp-content/uploads/2015/08/the\\_declaration\\_of\\_tbilisi.pdf](https://kykpee.org/wp-content/uploads/2015/08/the_declaration_of_tbilisi.pdf), consultado em 4 de abril de 2022.
- Velte, P. (2022). Meta-analyses on corporate social responsibility (CSR): a literature review. *Management Review Quarterly*, 72(3), 627-675.
- Verk, N., Golob, U., & Podnar, K. (2021). A Dynamic Review of the Emergence of Corporate Social Responsibility Communication. *Journal of Business Ethics*, 168 (3), 491–515. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04232-6>.

© 2023. This work is published under <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>(the “License”). Notwithstanding the ProQuest Terms and Conditions, you may use this content in accordance with the terms of the License.